

Estratégias de ensino nos cursos do Campo de Públicas: análise do panorama atual e os desafios para o ensino multidisciplinar¹

Teaching strategies in Public Field courses: current overview analysis and the challenges to multidisciplinary teaching

Lindijane de Souza Bento Almeida²

Raquel Maria da Costa Silveira³

Ana Vitória Araújo Fernandes⁴

Louise Rodrigues de Lima Alves⁵

RESUMO

A partir do início dos anos 2000, o Governo Federal introduziu um conjunto de mudanças no Ensino Superior brasileiro. Nesse contexto, através do REUNI ocorreu a expansão de cursos de graduação que possuem como propósito a formação de profissionais aptos a gerir a máquina pública de forma eficiente e que consideram a multidisciplinaridade como tronco comum, promovendo um ensino generalista aliado à busca pela especialização. Tais experiências, em conjunto, contribuíram para a criação de um movimento denominado de Campo de Públicas no Brasil. Nesse sentido, o presente artigo objetiva promover uma compreensão epistemológica e conhecer a diversidade de estratégias de ensino desse Campo, conferindo destaque para os perfis dos cursos pesquisados e para as inovações presentes em cada experiência. Para tanto, foram selecionados os cinco casos pioneiros das universidades federais pós-REUNI, sendo um de cada região do Brasil. As experiências escolhidas foram Administração Pública – UNIRIO, Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional – UFOPA, Gestão de Políticas Públicas – UFRN, Gestão de Políticas Públicas – UnB, e por fim, Políticas Públicas – UFRGS. Em seguida, foram analisados os projetos pedagógicos, identificando-se elementos convergentes e diferenciais em cada experiência. Levando-se em consideração esses aspectos, foi possível identificar que embora exista divergências, a multidisciplinaridade presente nesses cursos do Campo de Públicas coadunam para a formação de profissionais críticos, éticos, aptos para a resolução de problemas complexos.

Palavras-chave: Campo de Públicas; Estratégias de ensino; Multidisciplinaridade.

ABSTRACT

From the beginning of the years 2000, the Federal government introduced a set of changes in Brazilian higher education. In this context, through the meeting occurred

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativo ao II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Editoria especial: Magda de Lima Lúcio (UnB), Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN), Fernanda Natasha Bravo Cruz (UnB), Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP), Renata Callaça Gadioli (UnB).

² Graduada em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia e Ciência Política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998), mestrado (2001) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Professora adjunta do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). almeida.lindijane@gmail.com

³ Professora Substituta do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutoranda em Ciências Sociais (UFRN). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). raquelmcsilveira@hotmail.com

⁴ Bacharela em Gestão de Políticas Públicas, Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas. avitoriaaf@gmail.com

⁵ Bacharela em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. (UFRN). Possui área de interesse em Políticas Públicas e no Campo de Públicas. louiseralves@gmail.com.

the expansion of undergraduate courses that have as purpose the training of professionals able to manage the public machine efficiently and that consider the multidisciplinary as common trunk, promoting a teaching generalist allied to the search for specialization. These experiences, together, contributed to the creation of a movement called the public field in Brazil. In this sense, this article aims to promote an epistemological understanding and to know the diversity of teaching strategies of this field, giving prominence to the profiles of the courses researched and to the innovations present in each experience. For this reason, the five pioneer cases of the federal universities were selected, being one of each region of Brazil. The chosen experiences were public administration – UFPA, public Management for Regional development – UFOPA, public policy Management – UFRN, public policy Management – Brasília, and finally, public policies – UFRGS. Then, the pedagogical projects were analyzed, identifying convergent and differential elements in each experience. Taking into account these aspects, it was possible to identify that although there are differences, the multidisciplinary present in these courses of the field of public is consistent for the formation of a critical professional, ethical, suitable for the resolution of complex problems.

Keywords: Public Field; Teaching strategies; Multidisciplinary.

1. Introdução⁶

Na última década, ganharam destaque, no Brasil, os investimentos do Governo Federal em políticas e ações planejadas que visam a ampliar o acesso ao Ensino Superior, aumentando os recursos de 10,3 para 25,2 bilhões de reais (GENTILI, 2013). Um dos grandes avanços foi, justamente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Este programa teve como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior em todo país. Como resultado imediato dessa política, entre 2007 e 2012, as vagas aumentaram de 139.900 para a quase 250.000.

Tal aspecto, somado às transformações da gestão pública, gerou reflexos no ensino da Administração Pública e possibilitou um movimento de inovação com a inclusão de novos profissionais na administração pública.

Nesse contexto, refletiu-se, no Brasil, a partir do início dos anos 2000, uma tendência internacional que promoveu distinção entre a administração de negócios (business) e a administração pública entre os anos de 1960 e 1970 (FARAH, 2013).

Surgiram, assim, em nível nacional, cursos de graduação como Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão Pública, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, os quais possuem o propósito geral de formar profissionais capacitados para propor planos, programas e projetos de forma a propiciar o desenvolvimento da gestão pública. Em 2013, já se somavam mais de 200 cursos legalmente registrados com mais de 49 mil alunos matriculados (PIRES et al, 2014).

Como estratégia da formação desse profissional, tais cursos apresentam um elemento de convergência: a inserção da multidisciplinaridade, agregando temáticas relativas a mais de uma ciência ou área do conhecimento (PIMENTA, 2013). Contudo, a fim de promover uma formação multidisciplinar, torna-se necessário adotar um conjunto de estratégias capazes de possibilitar que a formação generalista esteja aliada à busca pela especialização.

Ao longo dos anos, o surgimento de tais cursos possibilitou a formação do que se denomina, no Brasil, como Campo de Públicas. Trata-se, de um campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas (DCN - resolução CNE/CES 01/2014, art. 1).

A consolidação desse Campo, por sua vez, será demonstrada a partir de quatro elementos principais: a) o crescimento dos cursos que compõem o Campo no pós-REUNI; b) a articulação de seus atores para a construção de uma base sólida de eventos e periódicos científicos a nível nacional, regional e local; c) o reconhecimento do Campo como área distinta da administração de empresas e d) a criação de entidades de representação dos pesquisadores, alunos e egressos.

A partir dessa discussão inicial, o presente artigo objetiva promover uma compreensão epistemológica e conhecer a diversidade de estratégias de ensino presentes no Campo de Públicas, conferindo destaque para os perfis dos cursos pesquisados e para inovações presentes em cada experiência.

Para realizar a pesquisa, foi proposta a análise de experiências desenvolvidas nos últimos anos. Desse modo, foram estudados os Projetos Pedagógicos de cursos de graduação do Campo de Públicas nas 5 regiões do Brasil, a partir de três critérios de escolha. Nesse sentido, deveriam os casos se configurar como: a) cursos de bacharelados na modalidade presencial, sendo um em cada região do Brasil; b) graduação em instituição pública federal e c) a primeira experiência de curso do Campo de Públicas criada na região no período pós-REUNI.

⁶ Reconhecemos e agradecemos aqui a contribuição da docente Magda de Lima Lúcio, do Departamento de Gestão de Políticas Públicas e dos Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, e Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (UnB), em suas relevantes orientações prestadas para a construção deste artigo.

Diante desses critérios, selecionou-se o curso de Gestão de Políticas Públicas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), representando a região Nordeste; o curso de Políticas Públicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representando a região Sul; Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) na Região Norte e Gestão de Políticas Públicas – Universidade de Brasília na (UnB). No Sudeste, foi selecionado o curso de Administração Pública – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Após a definição dos cursos a serem estudados, foram estabelecidos alguns aspectos iniciais a serem observados, sendo eles: a quantidade de vagas ofertadas semestralmente; o ano de elaboração do projeto pedagógico; a estruturação da grade curricular e a carga horária total do curso. O passo seguinte foi a observação dos eixos de formação e dos objetivos das experiências, o que possibilitou a identificação de elementos convergentes e diferenciais em cada caso.

Para além desses elementos utilizados para a caracterização geral do curso, foi investigada a vivência profissional possibilitada ao aluno durante o período da graduação, a fim de compreender as principais inovações presentes nas experiências estudadas.

2. A multidisciplinaridade e o Campo de Públicas no Brasil

A formação do Campo de Públicas no Brasil reflete, mesmo que tardiamente, a experiência internacional consolidada segundo a qual, desde os anos 1960 e 1970, tornou-se premente a distinção entre a administração de negócios (business) e a administração pública, composta por cursos como *public administration*, *public management*, *public policy*, *public policy and management*, *public affairs* e *nonprofit management* (FARAH, 2013).

No Brasil, somente no início do século XX, com apoio do Programa REUNI, se deu um movimento em busca do reconhecimento de uma nova área de educação no nível superior – denominada Administração Pública, a qual se constituiu, ao longo do tempo, como uma prática e uma formação para a prática (FARAH, 2013). Para além dessa distinção, internamente, se deu a multiplicação do número de novos cursos de graduação relacionados ao estudo das políticas públicas e da ação do Estado (GOMES *et al*, 2016).

Durante esse processo de constituição, os professores e coordenadores iniciaram uma articulação, a qual culminou com a formação de uma rede que reuniu representantes de diversas instituições de educação superior, possibilitando um acúmulo de discussões que buscavam a consolidação do denominado Campo de Públicas (PIRES *et al*, 2014)⁷.

Apenas em 2014, quando o Conselho Nacional de Educação homologou as Diretrizes Curriculares (DCN - Resolução CNE/CES 01/2014) para os cursos que compõem o universo do Campo de Públicas, iniciou-se a sua institucionalização. A referida DCN, em seu artigo 1º, indica a composição de um campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Para além da definição presente na referida DCN, as características constitutivas do Campo de Públicas ganharam destaque na Carta de Brasília (2013), documento produzido durante a realização do nono Fórum de Professores e Pesquisadores, no qual consta uma definição sobre o Campo pactuada pela própria academia, em seu esforço de debate e diálogo (KEINERT, 2014).

Conforme expõe o seu conteúdo, o Campo de Públicas está assentado em dois conjuntos de referenciais fundamentais: epistêmicos e empíricos. No que tange ao primeiro, tem-se um enfoque no aumento da complexidade da esfera pública no Brasil, o que embora mantenha a centralidade do Estado, ao longo do tempo, criou novos espaços e incorporou novos atores sociais, ampliando a participação direta da

⁷ Para maiores informações e para ter acesso aos documentos e publicações referentes ao Campo de Públicas, sugerimos o acesso ao site: <https://campodepublicas.wordpress.com/>.

sociedade civil nas políticas públicas e na governança democrática (CARTA DE BRASÍLIA, 2013).

Aliado a isso, os referenciais empíricos consideram que o crescimento do campo é reflexo direto da busca pela consolidação democrática do país que, nas políticas educacionais, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implicaram a criação de cursos especificamente voltados a qualificar e formar quadros para compreender essas mudanças e interferir profissionalmente, atuando na gestão dessas transformações (PIMENTA, 2013).

No seio dessa evolução, quatro dinâmicas principais se complementaram para evidenciar a consolidação do Campo de Públicas no Brasil. A primeira se relaciona com o crescimento da quantidade de cursos que compreendem o Campo de Públicas, o que se deu a partir da política de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no país. No ano de 1995, existiam, no Brasil, treze cursos de graduação em administração pública. A expansão dos cursos de graduação em administração pública e correlatos ocorre, principalmente, a partir dos anos 2000. Em 2013, já existiam 200 cursos legalmente registrados com mais de 49 mil alunos matriculados (PIRES et al, 2013).

A análise acerca do crescimento do número de cursos do Campo de Públicas no Brasil pode ser feita em comparação com a variação do número de cursos de ensino superior no Brasil no mesmo período. Desse modo, tem-se que o número de cursos de Ensino Superior no Brasil variou 412% entre 1995 e 2013 (BRASIL, 1999; 2015), enquanto a variação da quantidade de cursos do Campo de Públicas, no mesmo período, alcançou 1.438%. Apesar do crescimento apontado, frise-se que, em 2013, existiam 2.391 Instituições de Ensino Superior no país (BRASIL, 2015). Desse total, apenas, aproximadamente, 140 instituições ofereciam graduação superior relacionada ao Campo de Públicas (de acordo com dados coletados em nossa pesquisa), o que representava 5,86% do total de Instituições de Ensino Superior no Brasil.

A segunda dinâmica, por sua vez, diz respeito ao movimento iniciado por parte dos atores do Campo de Públicas, os quais se articularam para formar uma base sólida de debates em eventos e periódicos científicos, sobretudo após os anos 2000 (PIRES et al, 2014). O objetivo era levar as temáticas discutidas dentro do Campo para outros debates, a fim de promover a divulgação das pesquisas realizadas e conferir publicidade ao próprio Campo de Públicas. Nesse sentido, além da inserção dos pesquisadores de forma ativa em eventos preexistentes e já consolidados, foram criados a priori por estudantes e professores encontros anuais e bianuais específicos do Campo, como o Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENECAP), que já se encontra em sua décima sexta edição e o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP).

Mais recentemente, no ano de 2015, os eventos estudantis passaram a compreender a importância da discussão de aspectos oriundos das realidades da gestão pública local, o que de fato resultou na criação dos eventos regionais. A título de exemplo, pode-se citar os Encontros Regionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ERECAP), que já se apresentam em sua terceira edição nas regiões Sul e Nordeste, bem como, o Encontro Mineiro dos Estudantes do Campo de Públicas (EM Público), que também se encontra em sua terceira edição.

Ainda, destaca-se a contribuição do terceiro elemento para a consolidação do Campo. Trata-se do reconhecimento deste como área distinta da Administração de empresas no âmbito do sistema de avaliação educacional brasileiro. Foi entre o final de 2013 e o início de 2014 que se iniciou uma nova etapa na trajetória do Campo de Públicas. Pires et al (2014) afirmam que, nesse período, ocorreu um grande passo para a efetiva consolidação do Campo como área autônoma de ensino e pesquisa no sistema de graduação nacional.

Para além da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2014), nesse período, iniciou-se o processo de avaliação dos cursos do Campo. Por meio da Portaria Normativa nº 03/2015 do Ministério da Educação (BRASIL, 2015), elencou-se a Administração Pública como uma das áreas a ser avaliada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em 2015. Assim, tornou-se, formalmente, explícita a separação entre as áreas de administração e administração pública no Ensino

Superior brasileiro.

Deve-se ressaltar que, durante todo esse processo, a Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) assumiu um papel de protagonismo, em nível de pós-graduação, com o objetivo de definir claramente uma nova área específica à Administração Pública na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com base nessa atuação, hoje a Administração Pública foi reconhecida como uma área específica, fruto da luta de docentes que se destacam no Campo de Públicas, os quais são apontados como os pioneiros na construção desse Campo. No entanto, frise-se, o cenário existente hoje ainda não representa a totalidade do reconhecimento desejado para o Campo de Públicas no âmbito da CAPES: uma área própria para os programas de pós-graduação do Campo de Públicas.

Por fim, pode-se citar como dinâmica que contribuiu para a consolidação do Campo de Públicas no Brasil a criação de entidades de representação dos pesquisadores, alunos e egressos. Nesse sentido, a associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) foi criada em 2015, visando ao fortalecimento do ensino e da pesquisa no Campo de Públicas. Tal instituição configura-se enquanto uma esfera de diálogo entre os cursos do Campo, seja na graduação seja na pós-graduação, bem como entre esses e os órgãos superiores da educação no país. Ainda, apresenta-se como um ente fomentador dos debates acadêmicos por meio da participação em diversos eventos (locais, regionais, nacionais e internacionais), realização de seminários, fóruns e encontros, a exemplo do I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa de Campo de Públicas, realizado em Brasília, no ano de 2015.

Ainda no contexto do surgimento de entidades representativas, resalta-se também, a existência da organização de representação dos estudantes, a Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENECAP), criada no ano de 2007. Trata-se da entidade máxima de representação estudantil a nível nacional, a qual se articula com os centros e diretórios acadêmicos filiados.

Para além da representação estudantil, criou-se no ano de 2016, durante o XV Encontro Nacional de Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, uma entidade de representação nacional dos egressos e profissionais desse Campo, a Associação Brasileira dos Profissionais do Campo de Públicas, a Pro Pública Brasil. Tal associação é composta por egressos do Campo e alunos de pós-graduação da área, levantando como bandeira a luta da profissionalização da gestão pública brasileira e colocando como uma das suas principais atividades a criação de uma agenda acerca da melhoria da gestão pública, independente do viés político.

Vale ressaltar ainda, que todas as instituições supramencionadas estão em processo de articulação entre si, aspirando, juntas, aspectos como a melhoria da gestão pública brasileira e o espaço próprio do Campo de Públicas na academia e no mercado de trabalho.

Em meio a essa discussão, compreendidos os aspectos que marcaram a formação e a consolidação do Campo de Públicas no Brasil, bem como o crescimento do número de cursos no Ensino Superior, torna-se necessário descortinar as experiências de ensino existentes no Campo de Públicas, as quais, muitas vezes, podem revelar inovações relevantes a ser compartilhadas para o aprimoramento da formação do futuro profissional do Campo de Públicas no Brasil. A seguir, serão apresentados os resultados encontrados na pesquisa realizada.

3. Resultados e discussões

Após a análise dos currículos proposta, foi possível denotar que os cursos pesquisados, de um modo geral, não possuem um padrão no que diz respeito ao número de vagas, carga horária e duração do curso, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 1: Caracterização dos casos estudados

Cursos	Instituição	Número de Vagas	Ano do projeto	Duração	Carga horária	Ano de criação
Administração Pública	UNIRIO	50 vagas semestrais	2008	8 semestres 4 anos	3.000h/a	2008
Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	UFOPA	40 vagas por ano	2015	8 semestres 4 anos	3.064h/a	2013
Gestão de Políticas Públicas	UFRN	120 vagas por ano (concentradas no segundo semestre)	2008 - atualizado em 2013	6 semestres 3 anos	2.410h/a	2009
Gestão de Políticas Públicas	UnB	50 vagas por semestre	2011	8 semestres 4 anos	3.000h/a	2010
Políticas Públicas	UFRGS	50 vagas (divididos entre o SISU e o vestibular)	2012	8 semestres 4 anos	2.400 horas	2009

Fonte: Elaboração própria, 2017.

No que tange ao período de fundação dos cursos, observou-se uma convergência com o período de eclosão das graduações que compõem o Campo de Públicas no Brasil, ou seja, o contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado pelo governo federal a partir de 2007 - enquanto ação que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Desse modo, os cursos analisados tiveram início entre 2009 e 2013.

No entanto, notou-se que as experiências analisadas coadunam com o objetivo de formar um profissional com visão ampla acerca dos complexos elementos que compõem a gestão das políticas públicas.

Fazendo uma adaptação do discurso do sujeito coletivo, foi possível organizar os termos principais, que estão presentes na redação dos objetivos dos cursos estudados, elaborando-se um enunciado chave que representa a síntese dos anseios dos cursos em questão. Desse modo, observou-se que os objetivos dos cinco cursos do campo de públicas convergem na formação de profissionais éticos e críticos frente à sociedade contemporânea, capazes de liderar, tomar decisões, planejar e compreender os processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, bem como proporcionar o desenvolvimento local, social, econômico, cultural, político em organizações governamentais e não- governamentais.

Dentre os objetivos propostos pelas experiências, o curso de Administração Pública da UNIRIO, possui um diferencial no que diz respeito ao estímulo a práticas referentes ao setor privado. Pode-se verificar essa diferenciação no seu projeto político pedagógico por meio dos termos “empreender em seu entorno social”; “gestão de redes de organizações públicas e privadas” e “nas diversas áreas que compõem a administração”.

Além da similaridade entre os objetivos, identificou-se como elemento comum a presença da multidisciplinaridade como principal estratégia curricular. Os cursos se organizam, em sua grande parte, a partir de eixos, o que permite ao aluno direcionar sua formação de acordo com aquela que melhor corresponde aos seus interesses. Trata-se de uma preocupação com o desenvolvimento de habilidades, as quais devem ser exercitadas e apreendidas de forma guiada pelo projeto pedagógico de cada curso.

O quadro abaixo demonstra divisão dos eixos de formação presentes nos cursos estudados, indicando a

existência da multidisciplinaridade⁸ ou da interdisciplinaridade no projeto pedagógico:

Quadro 2: Formação curricular dos casos estudados.

CURSOS	PRESENÇA DA MULTIDISCIPLINARIDADE	EIXOS DE FORMAÇÃO
Administração Pública – UNIRIO	Interdisciplinaridade	Ciclo básico integrado
		Ciclo profissionalizante
		Ciclo de transição para o mundo do trabalho
Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional – UFOPA	Interdisciplinaridade	Ciclo de Formação Interdisciplinares 1 e 2
		Formação Científica
Gestão de Políticas Públicas – UFRN	Interdisciplinaridade	Formação geral
		Formação do cidadão
		Organização social e dos governos
		Gestão Pública
Gestão de Políticas Públicas – UNB	Interdisciplinaridade	Relações interorganizacionais e redes na gestão de políticas públicas
		Gestão da inovação e de reforma nas organizações públicas
		Linha específica de optativas: políticas públicas e gestão Pública
Bacharel em Políticas Públicas – UFRGS	Multidisciplinaridade	Governo
		Políticas sociais

Fonte: Elaboração própria, 2017.

A análise dos projetos tornou possível perceber a utilização do termo interdisciplinaridade, entretanto, a leitura de seu conteúdo permite denotar a intenção de agregação de temáticas relativas a mais de uma ciência ou área do conhecimento (PIMENTA, 2013) enquanto base da formação destinada ao futuro profissional. Desse modo, a despeito do uso do termo, a multidisciplinaridade foi o alicerce comum identificado nos projetos pedagógicos analisados. O fato é que o Campo de Públicas - campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior - vem formando um profissional capaz de desenvolver e propagar novas técnicas, propondo inovações sociais e promovendo processos que favorecem o fortalecimento da esfera pública, a qualificação da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil (FARAH, 2013).

Apesar dos eixos norteadores dos cursos do Campo de Públicas possuírem nomenclaturas diferentes, é

⁸ A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade se diferenciam na maneira com integram as diferentes áreas de conhecimento. Na multidisciplinaridade as disciplinas são sobrepostas, por sua vez, a interdisciplinaridade agrega de forma integrada conceitos, métodos e a prática de diferentes áreas do conhecimento com um propósito comum (FARIA, 2013, p. 15; PIRES, 1998, p. 176-177).

possível denotar que a organização similar da estrutura curricular dos cursos apresentados garante a convergência no que diz respeito, de um lado, à existência de uma formação generalista e, de outro, à possibilidade do discente direcionar a escolha de suas disciplinas de maneira mais específica.

Os discentes do Campo possuem ampla liberdade de opção de disciplinas e componentes, podendo traçar um percurso por áreas específicas da política pública, especializando-se naquela com a qual mais se identifica. Assim, pode o aluno optar por uma formação generalista ou específica, a depender de suas preferências profissionais construídas ao longo de sua formação acadêmica.

De modo geral, portanto, as grades curriculares analisadas possuem uma estrutura de disciplinas abrangente em suas temáticas, a fim de que outras áreas do conhecimento (a exemplo da Sociologia, do Urbanismo, do Direito e da Economia) possam ser o suporte para a formação multidisciplinar de um gestor que saiba transitar entre as diversas necessidades da vida prática no setor público.

Para além disso, foi possível denotar a presença da multidisciplinariedade no interior dos eixos de formação e a elevada carga de disciplinas optativas necessária à integralização dos cursos, em contraponto com uma quantidade reduzida de disciplinas obrigatórias, o que proporciona uma maior flexibilidade na escolha das disciplinas que serão cursadas.

A título de exemplo, pode-se citar o curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, que se apresenta, estruturalmente, desenhado a partir de cinco eixos de formação, a saber: Eixo Formação Geral, com disciplinas de cunho instrumental e técnico; Formação do Cidadão, relacionada a conhecimentos gerais sobre o estado da arte das teorias sobre o Estado e a Sociedade; Eixo Organização Social e dos Governos que trata do funcionamento das instituições e os órgãos públicos e sociais; Eixo Gestão Pública, relacionado às formas e modelos de gestão mais adotados e o Eixo Planejamento e Políticas Públicas, que comporta o estudo do planejamento e gestão de políticas públicas (GOMES et al, no prelo).

Para além das estruturas curriculares apresentadas acima, destaca-se também, o curso de Gestão de Políticas Públicas (UnB), no qual, é possível verificar a existência de duas linhas específicas para disciplinas optativas, sendo elas, políticas públicas e gestão pública, bem como, os eixos transversais de relações interorganizacionais e redes na gestão de políticas públicas, bem como, gestão da inovação e de reforma nas organizações públicas.

Além desses eixos de formação comumente encontrados nos cursos do Campo de Públicas, pode-se verificar no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA), que além do tronco basilar voltado, a priori, à Economia, à Gestão Pública e à interdisciplinaridade – por meio dos eixos compreendidos como ciclo de formação interdisciplinar I e II e a formação específica –, a grade curricular compreende aspectos referentes à Amazônia, para que tal forma os discentes saiam aptos a suprir também as necessidades locais.

No caso de Administração Pública da UNIRIO, os seus ciclos de formação se diferenciam entre si. O ciclo de formação básica incita o senso crítico, a capacidade de análise e ampliação da visão acerca da sociedade, tais aspectos ultrapassam a formação técnica encontrada mais fortemente no ciclo de formação profissional. Consoante a estes ciclos, o ciclo de transição para o mundo do trabalho, congrega aspectos comuns aos dois ciclos supramencionados, com ênfase ainda, em estudos quantitativos.

Já o curso de Políticas Públicas da UFRGS, contempla 10 disciplinas obrigatórias como formação básica, os outros créditos restantes são complementares a tal formação comum e são ofertados por outros departamentos. Apesar disso, coadunam com os eixos propostos pelo curso, governo e políticas sociais.

Outro fator que chamou atenção foi a gênese dos cursos nessas universidades federais. Cada experiência analisada encontra-se em um centro diferente nas universidades. Notou-se, com isso, que a multidisciplinaridade se expressa no próprio surgimento e lotação dos cursos.

QUADRO 3: Distribuição dos cursos estudados por centro em cada Universidade

CURSOS	CENTRO
Administração Pública – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Centro de Ciências Jurídicas e Políticas.
Gestão Pública e Desenvolvimento Regional – UFOPA	Instituto de Ciências da Sociedade.
Gestão de Políticas Públicas – UFRN	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Gestão de Políticas Públicas – UnB	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
Políticas Públicas – UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Fonte: elaboração própria, 2017.

Há, portanto, cursos em centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Ciências da Sociedade, Ciências Humanas, Letras e Artes, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Nesse sentido, não existe um tronco único comum para tais cursos, mas sim algo que os caracteriza por sua diferenciação: a multidisciplinaridade.

Desse modo, compreende-se, no contexto do Campo, que é a partir da conjunção de diversos conhecimentos que se torna possível formar um gestor com capacidade de diálogo e aderência em diversas áreas do saber, bem como detentor de uma visão crítica acerca da realidade na qual estão inseridos. Parte-se do princípio de que a formação multidisciplinar do gestor de políticas públicas possibilita que problemas ainda tão caros, complexos e desafiadores sejam pautados a partir de uma leitura técnico-política diferenciada da forma tradicional, se constituindo como uma oportunidade real e concreta de abordagem mais efetiva, eficiente e eficaz daqueles problemas.

De forma relacionada ao caráter multidisciplinar, aponta-se, aqui, a verificação de uma composição heterogênea do corpo docente, no qual se fazem presentes múltiplas áreas do conhecimento. Esta característica se coaduna com o caráter multidisciplinar da formação pretendida e contribui para o fortalecimento da formação do gestor público para a execução de suas tarefas cotidianas.

Após apresentação dos aspectos convergentes identificados nas experiências analisadas, será conferido destaque às inovações verificadas ao longo da pesquisa. Desse modo, deve-se ressaltar que foi possível perceber uma busca pelo envolvimento dos alunos em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão universitária, como forma de capacitá-lo para os múltiplos desafios que podem se impor na prática do planejamento e da gestão.

Nesse sentido, pode-se perceber que os cursos em análise primam pela vivência e pela prática do conhecimento. Os formandos são constantemente incentivados a buscar uma vivência profissional efetiva, o que se configurou a partir da verificação da existência de parcerias entre órgãos governamentais; não governamentais e as Universidades.

Quadro 4: Vivências profissionais verificadas nos casos em estudo

CURSOS	INSTITUIÇÃO	VIVÊNCIA PROFISSIONAL
Administração Pública	UNIRIO	Estágio obrigatório, empresa júnior.

Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	UFOPA	Estágio obrigatório
Gestão de Políticas Públicas	UFRN	Ateliê de gestão de políticas públicas
Gestão de Políticas Públicas	UnB	Estágio por meio da disciplina Residência em Políticas Públicas I, consultorias a comunidades, ONG's, prefeituras municipais e empresa júnior
Políticas Públicas	UFRGS	Estágio

Fonte: elaboração própria, 2017.

Verificou-se que a proposta multidisciplinar, já destacada, se espraiava também para as ações que envolvem programas de estágios e propostas de imersão em instituições e em determinadas políticas específicas. Como experiências inovadoras, destacam-se a prática denominada como Residência em Políticas Públicas do curso de Gestão de Políticas da UNB e a atividade Ateliê de Gestão de Políticas Públicas do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN.

Por meio delas, pretende-se formar o estudante tendo em vista a inserção prática no mercado de trabalho, de modo a correlacionar com a teoria, bem como na imersão em problemas sociais e culturais concretos.

No caso do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a preocupação com o binômio formação-inserção também pode ser verificada a partir da existência da previsão de acompanhamento do aluno. Entretanto, nesse caso, o acompanhamento ocorre ainda durante o curso e é realizado por um Orientador Acadêmico, que, sendo docente do curso de graduação, conduz a formação do aluno a partir de suas preferências e desejos profissionais.

A partir do exposto, evidencia-se que apesar dos cursos do Campo de Públicas apresentarem características plurais entre si, ainda é possível verificar que a multidisciplinariedade perpassa os cursos em questão, fortalecendo assim a característica basilar que proporciona a habilitação e a capacitação dos estudantes para o mercado de trabalho.

Os casos aqui analisados demonstraram a existência de uma formação convergente e coesa no Campo de Públicas. Indo além, a pesquisa possibilitou destacar a existências de estratégias inovadoras de ensino, as quais podem ser transpostas para outras regiões do país. Para além de seus resultados diretos, portanto, o presente artigo ressaltou, indiretamente, a necessidade de interação e de troca de experiências entre os cursos que formam o Campo de Públicas no Brasil, caracterizado como multidisciplinar - em sua formação - e abrangente - em seus fins.

4. Considerações finais

Em linhas gerais, a partir da realidade brasileira, buscou-se apresentar as transformações e inovações presentes hoje nas universidades públicas, no que se refere ao reconhecimento das especificidades de questões atinentes à formação de gestores públicos, em nível de graduação.

Tendo como parâmetro o processo recente de democratização no país e a partir de um contexto político-institucional de demanda de operacionalização de fortalecimento e criação de novos direitos sociais, demonstrou-se o papel estratégico do Estado enquanto um agente primordial para ora dirigir, ora apoiar o desenvolvimento nacional. Especificamente, neste artigo, destacou-se o papel estratégico do governo federal no sentido de formular o REUNI e criar um conjunto de cursos para formar futuros profissionais

comprometidos com a democracia e com a sociedade brasileira. Importante frisar que, além de cursos, foram criadas também universidades públicas no interior do país, fortalecendo as esferas estaduais e municipais, na formação de profissionais de alta performance.

No que tange à criação dos cursos que formam o Campo de Públicas no Brasil, ao longo do artigo, demonstrou-se que as diversas áreas disciplinares presentes na formação do gestor público possibilitam que problemas atuais sejam repassados a partir de várias concepções e estratégias de ensino. Nesse sentido, a formação generalista e multidisciplinar constitui a mais inovadora proposta dos cursos que compõem o Campo de Públicas.

É preciso ressaltar que, ao enfrentar os desafios diários da gestão e do planejamento, esse profissional encontrará como locus de aplicação de seu conhecimento multidisciplinar um quadro institucional tradicional e setorializado. Desse modo, a necessidade de produzir políticas públicas a partir da integração e da multidisciplinaridade torna-se a prioridade de qualquer gestor público para o século XXI.

Destaca-se ainda, a importância da articulação das entidades de representação dos atores do Campo de Públicas e a luta comum dessas organizações pelo espaço diferenciado do Campo de Públicas, seja na academia, seja na gestão pública.

Por fim, a troca de experiências entre os cursos, demonstrou que embora exista características singulares em cada caso, os objetivos coadunam para a formação e a inserção de um profissional apto a desenvolver ações de maneira crítica e ética no mercado de trabalho. Para além disto, as experiências promovidas pelos cursos e a convergência das matrizes curriculares, no que diz respeito a multidisciplinaridade, proporciona resoluções inovadoras para conflitos e problemas complexos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

CARTA DE BRASÍLIA. 2013. Disponível em: <<http://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adliaabril-de-2013-1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COELHO, Fernando de S. **Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre a formação em administração pública — em nível de graduação — no Brasil**. Tese (doutorado em administração pública e governo) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

FARAH, M. **A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas**. In: Marques, M. e Faria, C. (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

FARIA, CAP de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. **MARQUES, E.; FARIA, CAP A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, p. 11-21, 2013.

GENTILI, Paulo (Org.). **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2015/08/8Gentili.pdf>>. Acesso em: 12 de mar. de 2017.

GOMES, S.; ALMEIDA, L.; SILVA, A.; MOURA, J. **As promessas e desafios da formação do bacharel em gestão de políticas pública na UFRN**. In: ALMEIDA, L. e VENDRAMINI, P. *Pionerismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil*. No prelo.

GOMES, S.; ALMEIDA, L.; LUCIO, M. **A new agenda for teaching public administration and public policy in Brazil: Institutional opportunities and educational reasons.** Teaching Public Administration. Sage Journals. Volume 34, Issue 2, July 2016.

KEINERT, T. **O Movimento “Campo de Públicas”: Construindo uma Comunidade Científica dedicada ao Interesse Público e aos Valores Republicanos.** Administração Pública e Gestão Social, 6(4), oct.-dec. 169-176, 2014.

PIMENTA, C. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: Marques, M. e Faria, C. (Orgs). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz. 2013.

PIRES, Valdemir et al. Dossiê-Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas.** (Bacharelado). Brasília, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração (Ênfase em Administração Pública).** Rio de Janeiro, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.** (Bacharelado). Pará, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas.** (Bacharelado). Rio Grande do Norte, 2008 (atualizado em 06 de fevereiro de 2013).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Políticas Públicas.** (Bacharelado). Rio Grande do Sul, 2012.

VAINER, Carlos. **Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.** Temas de Administração Pública, Araraquara, ed. especial, v. 1, n.6, 2010.